

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

REVISTA

ENSINO DE GEOGRAFIA (RECIFE)

Laboratório de Ensino de Geografia e Profissionalização Docente (LEGEP)

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia>

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

O QUE TEM NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ/MS? DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS ESCOLAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Silvano Artur Busch Vergutz¹ - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7789-9374>

Marsiel Pacífico² - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2013-2073>

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Campo Grande, MS, Brasil *

² Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Campo Grande, MS, Brasil **

Artigo recebido em 06/10/2021 e aceito em 23/07/2022

RESUMO

O artigo busca compreender a importância de se aprender Geografia nas séries iniciais, mais especificamente no 3º ano do Ensino Fundamental, nas escolas de fronteira em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Para tanto, buscou-se entender a contextualização no ensino de Geografia a partir da leitura do mundo e do espaço vivido, valorizando as diversidades culturais existentes em uma área de fronteira internacional. Para alcançar tal objetivo, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, a partir da seleção de artigos publicados, bem como revistas científicas e sites dedicados na área da Educação. Mediante as dificuldades enfrentadas pelas escolas, observou-se a falta de conteúdos local-específicos nesse componente curricular assegurados na BNCC e no Referencial Curricular do estado de Mato Grosso do Sul, que estabelecem as devidas diretrizes para as escolas de Ponta Porã. Em síntese, objetivou-se refletir os desafios e as oportunidades para referenciar o ensino-aprendizagem, tendo em vista as especificidades locais existentes na fronteira, para resgatar a identidade cultural. Conclui-se que a exploração do turismo pedagógico, a aula-passeio e a interdisciplinaridade podem potencializar o aprendizado, contemplando os documentos normativos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; diversidade cultural; fronteira.

*Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Ponta Porã/MS. Atualmente cursando Mestrado Profissional em Educação – (PROFEDUC/UEMS). E-mail: vergutzsilvano_11@hotmail.com

**Doutor em Educação (UFSCar). Professor Adjunto na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Docente Permanente no Mestrado Profissional em Educação – (PROFEDUC/UEMS). E-mail: marsiellp@gmail.com

WHAT IS AT THE INTERNATIONAL BORDER OF PONTA PORÃ/MS? CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR SCHOOLS IN GEOGRAPHY TEACHING

ABSTRACT

The article seeks to understand the importance of learning Geography in the early grades, more specifically in the 3rd year of Elementary School, in border schools in Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Therefore, we sought to understand the contextualization in the teaching of Geography from the reading of the world and the space where people live, valuing the cultural diversities that exist in an area of the international border. To achieve this objective, bibliographic research was used as a methodology, from the selection of published articles, as well as scientific journals and websites dedicated to the field of Education. Due to the difficulties faced by schools, there was a lack of local-specific content in this curricular component ensured by the BNCC and the Curriculum Framework of the State of Mato Grosso do Sul, which establish the proper guidelines for schools in Ponta Porã. In summary, the objective was to reflect the challenges and opportunities to reference teaching-learning, considering the local specificities existing on the border, to rescue the cultural identity. It is concluded that the exploration of educational tourism, the class-tour, and interdisciplinarity can enhance learning, considering the normative documents.

Keywords: Geography teaching; cultural diversity; border.

¿QUÉ HAY EN LA FRONTERA INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ/MS? DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES PARA LAS ESCUELAS EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

RESUMEN

El artículo busca comprender la importancia del aprendizaje de la Geografía en los primeros grados, más específicamente en el 3er año de la Escuela Primaria, en las escuelas de frontera de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Desde la lectura del mundo y el espacio vivido, valorando las diversidades culturales que existen en una zona fronteriza internacional. Para lograr este objetivo, se utilizó como metodología la investigación bibliográfica, a partir de la selección de artículos publicados, así como revistas científicas y sitios web dedicados al campo de la Educación. Debido a las dificultades que enfrentaron las escuelas, hubo una falta de contenido específico local en este componente curricular asegurado por el BNCC y la Referencia Curricular del Estado de Mato Grosso do Sul, que establecen los lineamientos adecuados para las escuelas en Ponta Porã. En resumen, el objetivo fue reflejar los desafíos y oportunidades de referenciar la enseñanza-aprendizaje, considerando las especificidades locales existentes en la frontera, para rescatar la identidad cultural. Se concluye que la exploración del turismo educativo, el class-tour y la interdisciplinarianidad pueden potenciar el aprendizaje, considerando los documentos normativos.

Palabras Clave: Enseñanza de la geografía; diversidad cultural; frontera.

INTRODUÇÃO

Nas escolas de fronteira, especificamente entre Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, Brasil, e Pedro Juan Caballero, Departamento Del Amambay, no Paraguai, apresenta-se uma diversidade significativa: geográfica, histórica, cultural e política, além de a língua falada ser especialmente o espanhol no cotidiano escolar, dentre outras, principalmente se tratando das cidades-gêmeas.

Este trabalho busca compreender a importância de se aprender geografia, buscando refletir os desafios presentes nas séries iniciais, mais especificamente no 3º ano do Ensino Fundamental, nas escolas públicas brasileiras localizadas na fronteira de Ponta Porã/MS.

Partindo dessa premissa, Pereira (2009) enfatiza alguns desafios presentes nas escolas de fronteira:

O grande desafio da escola na fronteira é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola como local de diálogo de convivência, é espaço privilegiado para o reconhecimento e respeito aos valores culturais que são valores universais, e as questões da diversidade cultural ao serem tratadas como ética universal possibilitam um trabalho ético na educação (PEREIRA, 2009, p. 62).

Para tanto, buscou-se entender a contextualização no ensino de Geografia a partir da leitura do mundo e do espaço vivido, tendo em vista as especificidades locais existentes na fronteira, enfatizando essa diversidade cultural, desenvolvendo a empatia e receptividade de todos nas escolas fronteiriças para potencializar o aprendizado.

Desse modo, é perceptível que o ensino de Geografia se contempla dentro da cultura e do reconhecimento de uma sociedade, sendo fundamental para a definição de aspectos intrínsecos de pequenas e grandes comunidades. Dito isso, surge uma problemática: sendo o ensino de Geografia complexo e importante para o reconhecimento cultural de uma sociedade, há um currículo que contemple os objetos de conhecimentos, levando em consideração o que está estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para tal desenvolvimento?

O Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul ressalta que, para a garantia das especificidades regionais e locais, existe a necessidade da “adequação dos conteúdos curriculares, das metodologias e da organização escolar à natureza do trabalho na zona rural, todas estas para que as peculiaridades da vida rural e de cada região sejam respeitadas” (MEC, 2018, p. 22).

Partindo desse pressuposto, observou-se a falta de conteúdos local-específicos nesse componente curricular garantidos pela BNCC e pelo Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul, que aborda a cidade como estudo. Tais perspectivas remontam a principal justificativa

deste estudo, que busca avaliar o sistema de ensino-aprendizagem (currículo) frente à identidade cultural e à Geografia de Ponta Porã/MS, bem como dissolver e analisar suas problemáticas e impactos na sociedade.

Conclui-se que dentre as oportunidades relativas às aulas de Geografia na região estão a exploração do turismo pedagógico e a aula-passeio para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem mediante as dificuldades enfrentadas pela falta de recursos. Também ficou clara a necessidade de trabalhar os conteúdos da Geografia de forma interdisciplinar, visando ensinar conteúdos de forma não fragmentada em uma região que já enfrenta problemas de natureza territorial. Em síntese, o estudo busca discutir sobre os desafios e as oportunidades no ensino de Geografia nas escolas de fronteira de Ponta Porã/MS.

METODOLOGIA

A realização desta pesquisa apoia-se nos estudos de abordagem qualitativa, visando entender como é a atuação com esse conteúdo escolar em sala de aula e que saberes são mobilizados pelo professor na sua prática, dada a seguinte afirmação:

A pesquisa qualitativa responde por questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p.21-22).

A opção pelo método qualitativo descritivo adotado contempla uma pesquisa metodológica investigativa e bibliográfica. As escolas públicas localizadas em Ponta Porã apresentam desafios quanto a língua, a identidade cultural, as experiências do dia a dia das crianças, que não são poucas, e que cabe aos professores a superação e as estratégias metodológicas para atender tal demanda.

De acordo com André (2005, p. 17), a pesquisa qualitativa se pauta em uma “visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”. A busca por uma aproximação da realidade social ampara-se no processo de levantamento de dados, com vistas à compreensão da situação atual do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Como instrumento, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, por possibilitar a realização de um levantamento das publicações e dispositivos legais a respeito do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental e se as propostas curriculares contemplam a diversidade cultural e a heterogeneidade presentes na escola de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Como referência às

considerações e concepções apresentadas:

A pesquisa bibliográfica explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Por ser realizada independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (CERVO E BERVIAN, 1983, p.55).

A pesquisa realizada utilizou-se a partir da seleção de artigos publicados na Base de Dados SciELO, bem como em revistas científicas da área da Educação e de sites dedicados a questão da Educação da cidade de Ponta Porã. Desse modo, este artigo apresenta a visão teórica dos autores selecionados, fazendo uma analogia com situações reais enfrentadas pelas escolas fronteiriças.

GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA E SUA APLICAÇÃO

A Geografia, como outras ciências, trata de um processo contínuo de interpretação do espaço na visão do homem. O seu objeto principal é a busca de soluções para os problemas percebidos na sociedade, e esse processo foi marcado pelas condições e necessidades diferentes em diversos momentos históricos da humanidade. Desse modo, ao longo da história, a Geografia evoluiu conforme a interpretação dos fenômenos e mudanças espaciais.

Historicamente, com a evolução, a interpretação baseada apenas em concepções históricas e espaciais dos fenômenos foi gradualmente substituída por uma compreensão dialética das relações, permitindo avanços significativos à medida que a paisagem, um elemento visível do espaço, começou a ser analisada e, assim como a sociedade e a natureza, foi transformada pelo trabalho e desenvolvimento humano. Logo, seus estudos nos últimos anos focaram nas percepções e formações culturais e sociais do homem, tornando-se uma disciplina na formação dos sujeitos para sociedade, que é a formação para a cidadania e ação concreta no mundo.

Nesse campo, é possível ser importante ao profissional da educação saber reconhecer as estruturas do processo de ensino-aprendizagem, sua posição dentro de salas de aulas, suas perspectivas educativas e, principalmente, seu papel primordial de atuação dentro da formação socioeducacional de um estudante, que compreendem, respectivamente, os fatos necessários para a produção de indivíduos intimamente capazes de enfrentar o mercado de trabalho e de contribuir para a formação de uma consciência político-social justa, ampliando e transformando âmbitos sociais empírico-desiguais.

Nesse contexto, considerando a importância do ensino de Geografia, Castellar e Vilhena (2011) afirmam que:

A Educação Geográfica contribui para que os alunos reconheçam a ação social e cultural, principalmente de suas cidades e de diferentes lugares, as interações entre as sociedades, os entendimentos históricos e familiares e a dinâmica da natureza que ocorrem em diferentes momentos históricos. Isso porque a vida em sociedade é dinâmica, e o espaço geográfico absorve as contradições em relação aos ritmos estabelecidos pelas inovações no campo e na cultura da população dos diferentes lugares. Assim, a Educação Geográfica é muito mais do ensinar regramentos de mapas e vai até impactos na cultura e na formação da sociedade onde ela tem sua aplicação (CASTELLAR; VILHENA, 2011, p. 10).

A ideia, portanto, é fazer com que se entenda que para o ensino de Geografia é fundamental relacionar o caráter da espacialidade com a prática social. Incorporar a prática investigativa na atividade de ensino, como atividade de pesquisa, pode ser uma oportunidade de se chegar ao conhecimento por reflexões pessoais.

Nesse horizonte, Milton Santos (1994), às vistas do processo de ensino-aprendizagem em Geografia e contextualizando problemáticas em aprendizagem, entende que:

Para ter eficácia, o processo de aprendizagem em Geografia deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos e do local em que estamos. Isto significa saber que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro, sempre pensando na sociedade onde vivem, nos problemas e nos benefícios dela e na aplicação de outras sociedades sobre estas duas características centrais (SANTOS, 1994, p.121).

Portanto, o objetivo da Geografia é conhecer, explicar e fornecer requisitos para que os sujeitos interfiram no mundo de forma consciente, superando a apropriação cotidiana da realidade. O grande papel da Geografia é se interessar pelo mundo humano, pela ação humana que, por meio do trabalho, produz os espaços ao longo da história. Então, o ensino precisa superar a forma tradicional, que requerem a memorização, e realizar atividades em que o estudante possa interiorizar os conceitos de modo que faça sentido a ele. As que não se tornam significativas para o estudante, são esquecidas e não se convertem em instrumentos para o pensamento.

Godoy (2016, p. 56), por sua vez, complementa com o pensamento de que “a realidade local precisa ser vivenciada em sala de aula, não apenas como ilustração de conhecimentos, mas especialmente como caminhos de superação de afastamento entre as culturas”, valorizando a diversidade cultural existente na fronteira.

Fica claro que ao se optar por trabalhar com novas metodologias o professor assume o propósito de integrar o estudante ao conteúdo estudado, o conteúdo de Geografia por muitas vezes se apresenta em grandes escalas e, nesse momento, exige do professor a tarefa de ligar estudante e conteúdo. Sobre isso Kaercher (2009) afirma:

Insisto: os nossos maiores problemas não são de conteúdo, mas sim da falta de clareza, para nós mesmos, professores de Geografia, do papel da nossa ciência. Ou a geografia se torna útil para os “não geógrafos” (nossos alunos em especial), ou ela tende a desaparecer! Ou vai continuar diluída com mera “ocupação” dos alunos com informações diversas. Uma espécie de “programa de variedades” que fala todos os lugares e povos diversos e distantes. Só que sem cores e sons. Chatice, portanto (KAERCHER, 2009, p.35).

A afirmativa de Kaercher é bem incisiva e pontua um conteúdo sem ligação ou propósito e fora da realidade do indivíduo que não vê interesse nem utilidade para as mesmas. O problema do propósito e da utilidade da Geografia é preocupante, uma vez que até mesmo alguns professores se confundem quanto aos objetos de estudo da Geografia e não veem a profundidade dessa ciência.

Além disso, por meio do ensino de Geografia, desenvolver as habilidades que ampliem a sua compreensão do lugar onde vivem e atuam. Qual é a Geografia que se ensina nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Como se ensina Geografia? Nessa concepção não basta apenas saber os conteúdos, é preciso buscar práticas pedagógicas que possibilitem a utilização do conhecimento sócio-histórico e científico-metodológico de intervir na realidade e, assim, elaborar novos conhecimentos.

Uma vez que se sabe qual o problema, quais as dificuldades e os obstáculos a serem superados, partimos agora para a solução, como deixar a geografia mais interessante, como trabalhar para que as habilidades de leitura do mundo e do espaço social sejam formadas nas escolas de fronteira em Ponta Porã/MS.

PONTA PORÃ E A FALTA DE CONTEÚDOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A cidade de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são consideradas cidades gêmeas devido à proximidade cultural das mesmas, inclusive, a língua utilizada pelos moradores foi batizada de “portunhol”, uma vez que existem misturas linguísticas entre guarani, espanhol e português (SEMAGRO, 2016). Em outras palavras, a história cultural dessas cidades é a mesma.

A realidade nessa fronteira educacional atualmente gera novos desafios e oportunidades que buscam abordar a diversidade existente entre as cidades gêmeas. Partindo com uma proposta que privilegia o interesse e o protagonismo do aluno com o objetivo de tornar os alunos participantes da construção do conhecimento, a partir do envolvimento e da participação nas atividades propostas pela parte diversificada da BNCC e do Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul.

Partindo desse pressuposto, Gonzalez e Galonga (2018) definem fronteira da seguinte forma:

As fronteiras são realidades dinâmicas que representam um campo de práticas e interações sociais, políticas, econômicas e culturais que evocam conflitos e tensões que são inerentes aos sujeitos que nela se localizam. A questão central é que a diferença/alteridade nestes e em

outros locais, não deve ser tratada como essencial, como uma realidade supra-orgânica que paira sobre os sujeitos e também não deve ser negada ou desprezada, mas sim considerada a partir da lógica plural da sociedade (GONZALEZ; GALONGA, 2018, p.3).

A Secretaria de Estado de Meio de Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) destaca que antes da Guerra do Paraguai a cidade de Ponta Porã não passava de uma região deserta no interior do Paraguai e que era povoada por tribos de índios, como os *Nhandevas* e os *Caiuás*, descendentes do povo Guarani. Nessa região, os carreteiros faziam suas paradas enquanto transportavam a erva-mate. Após a criação do Território Federal de Ponta Porã, em 1943, foi instalada a capital e, mais tarde, em 1946 extinguiu-se o território, incorporando-o ao, então, estado de Mato Grosso. De acordo com dados da SEMAGRO (2016, p. 1), “em 1977, com a divisão de Mato Grosso em duas unidades federativas, é fundado o estado de Mato Grosso do Sul ao qual Ponta Porã faz parte atualmente”.

As cidades em áreas de fronteira são caracterizadas pela diversidade, assim como as interações e relações entre diferentes grupos étnicos. Com base nisso, busca-se estabelecer uma conexão mais concentrada entre as populações, sem afetar ou prejudicar ninguém, pois a diversidade cultural desempenha um papel importante na sociedade e na educação, portanto, acredita-se que esse tipo de serviço pode atender pessoas de outras regiões e ocorrer nesses dois países de forma positiva e justa (ZOTOVICI, 2015).

Uma democracia cultural participativa, de forma inexistente, educacionalmente injusta e nos currículos escolares brasileiros, busca uma cultura homogeneizada, ou seja, uma cultura única que é o denominador comum na educação, o que acabou levando à exclusão da diversidade cultural existente no Brasil, e uma delas é a cultura que vem junto com os alunos paraguaios. Nas escolas, a homogeneidade e o caráter monocultural estão cada vez mais fortes e, para sanar essa situação, é preciso mudar o currículo escolar (TORCHI; SILVA, 2016).

Vale ressaltar que é de extrema importância o respeito a estes estudantes, pois trazem as diferenças linguísticas do ambiente escolar, promovem a convivência democrática das diferentes culturas que circulam na escola e integram-nas de forma a não destruir a sua diversidade (BORGES, 2014).

As escolas de Ponta Porã são padronizadas e não vão tratar de questões que levem ao caráter intercultural da sociedade em que vivem, o que significa que esses estudantes estão realmente incluídos, mas não apenas integrados, pois o currículo não contempla essas questões (TORCHI; SILVA, 2016).

É importante destacar neste debate a falta de conteúdos local-específicos relacionados à Geografia, garantidos pela BNCC e pelo Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul, que

estabelecem as devidas diretrizes para as escolas de Ponta Porã. O Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul ressalta que para a garantia das especificidades regionais e locais existe a necessidade da “adequação dos conteúdos curriculares, das metodologias e da organização escolar à natureza do trabalho na zona rural, todas estas para que as peculiaridades da vida rural e de cada região sejam respeitadas” (MEC, 2018, p. 22).

O referido documento estabelece que para cada sala de aula comum, é necessário haver o reconhecimento do perfil das crianças, dos adolescentes e dos jovens e dos seus respectivos tempos e formas de absorver o conteúdo ensinado em sala de aula, uma vez que esse reconhecimento é fundamental para o processo de inclusão, sendo um ponto de partida para as adequadas intervenções no âmbito do ensino.

O documento estabelece que, tanto o ensino da História quanto da Geografia deve estar associado à identificação, discussão e produção de textos sobre regras de convivência e sua importância, bem como sobre a identificação de características regionais, urbanas e rurais da fala, respeitando as diversas variedades linguísticas. Mediante esses enfoques, observa-se a falta de conteúdos nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental que contemplem esses aspectos, uma vez que tudo é muito limitado e resumido.

A questão é: se o Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul preza pela formação dessas competências, porque os conteúdos trabalhados nas escolas não se aprofundam nessas temáticas? Mediante a riqueza cultural local, torna-se imprescindível explorar os assuntos no âmbito do ensino de Geografia, partindo-se do princípio de que os professores devem ir além do que está incluso nos livros didáticos. Qual seria a saída, então? Criar novos conteúdos?

Com base em Freire (2004), entende-se que o professor tem autonomia para criar seus próprios métodos de ensino. Já a criação de conteúdo é algo que depende da grade curricular da escola e do devido planejamento da instituição com relação aos conteúdos de todas as disciplinas, levando em consideração o que é estabelecido pela BNCC.

A princípio pode-se analisar o que é estabelecido pela BNCC com relação à Geografia para o Ensino Fundamental, cuja disciplina deve incorporar uma mudança estrutural com ênfase sobre o pensamento espacial e o raciocínio geográfico, sendo necessário que o professor tenha acesso a conteúdos procedimentais (TREVISAN, 2020).

Percebe-se, a partir da constatação prática em campo, que a cidade de Ponta Porã/MS conta, através da LDB/96, com um conteúdo programático de Geografia sobre o ponto de vista da cidade, seus aspectos culturais, topográficos, demográficos, sociais, físicos, econômicos e políticos. Todavia, às luzes da prática educacional, nota-se que há uma ausência de conhecimento intraespecífico de seus

profissionais, o que fomentou o estudo deste artigo.

EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA: DIVERSIDADE CULTURAL

Nas escolas de fronteira, especificamente entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, pode-se analisar as oportunidades e desafios no ensino de Geografia com relação a esse contexto geopolítico. Essas trocas em áreas de fronteira são muito comuns e as pessoas acabam compartilhando culturas. Nessa perspectiva, o currículo e o ensino são práticas sociais concretas e dinâmicas em constante transformação, num contexto de formação política cidadã.

Portanto, às luzes da importância da Educação, a Geografia ressurgiu alinhando as expectativas institucionais à visão cultural de uma sociedade; isto é, engloba o estudante, seus conhecimentos técnicos necessários para o mundo e os seus conhecimentos locais de importância para a comunidade onde vive.

Assim, ao seu entendimento e também às visões de Laraia (2009), interpretar “educação” de modo a abranger pouco os aspectos culturais, geográficos e folclóricos de uma região é, portanto, limitar o que é ensinado e deixar de preservar os ensinamentos de longa data, diminuindo o potencial de identidade cultural dos indivíduos em aprendizagem; o que, por consequência, leva todo pensamento crítico de uma comunidade ao colapso. Desse modo, educar sem dar a devida importância à cultura se mostra um problema para o processo de ensino-aprendizagem atual.

No mesmo prospecto, no campo aplicado da Geografia, Callai (2013) afirma que:

A Educação Geográfica é possibilidade de tornar significativo o ensino de um componente curricular presente na Educação Fundamental, a cultura do conhecimento local. Nesse fato, a importância de ensinar Geografia deve ser pela possibilidade do que a disciplina traz em seu conteúdo, que é discutir questões do mundo da vida, do local onde o indivíduo nasceu, quais seus problemas e suas qualidades. Assim, para ir além de um simples ensinar, a Educação Geográfica considera importante conhecer o mundo e obter e organizar os conhecimentos para entender a lógica do que acontece, sob supervisão do professor profissional que, habilitado em conhecimentos geográficos do mundo, do Estado e Cidade onde lecionada, consegue replicar um pouco da cultura de cada canto deste planeta ao aluno (CALLAI, 2013, p. 44).

Assim sendo, a educação e o processo de ensino-aprendizagem são indicadores expressivos do conhecimento cultural e, por consequência, do desenvolvimento de uma sociedade. Assim, a prática curricular voltada ao conhecimento específico das comunidades onde vivem é de importância para o desenvolvimento local, não tão somente curricular, mas cultural e político.

Ponta Porã, por ser uma cidade em região de fronteira, já enfrenta muitos problemas que atingem

diretamente o universo do ensino. Silva e Moreira Júnior (2019) discutem acerca dos dilemas em uma região de fronteira, enfatizando que grandes debates têm sido desenvolvidos nas últimas décadas. Os autores compreendem a necessidade de refletir sobre o que de fato pesa na educação de fronteira e de identificar as principais dificuldades dos professores e estudantes, criando alternativas estratégicas para enfrentá-las.

A educação pública em lugares que não são de fronteira já é difícil, e quando se trata de regiões como Ponta Porã, estas dificuldades são ampliadas, conforme apontam os autores Pinto e Santana (2020):

A escola fronteiriça carrega inúmeras tarefas sociais, entre as quais a problemática da identidade cultural dos estudantes. Essa escola deve criar condições para a valorização e o respeito à identidade e à cultura do outro, possibilitando um ambiente integrador e pluralístico (PINTO; SANTANA,2020, p.2).

Portanto, o problema apresentado pelos autores diz respeito à questão da identidade cultural. Simplificando, identidade cultural é o sentimento de pertencer a um grupo de pessoas como você. Isso geralmente ocorre por causa de qualidades compartilhadas, como local de nascimento, tradições, práticas e crenças. Arte, música e comida também moldam sua identidade cultural (GROH, 2019).

De acordo com Groh (2019), entende-se por cultura as características compartilhadas de um grupo de pessoas, que engloba local de nascimento, religião, idioma, culinária, comportamentos sociais, arte, literatura e música.

Algumas culturas são muito difundidas e têm um grande número de pessoas que se associam a esses valores, crenças e origens específicos. Outros são relativamente pequenos, com apenas um pequeno número de pessoas que se associam a essa cultura. No entanto, o valor da cultura não pode ser definido por seu tamanho. Não importa se uma cultura é difundida ou mantida dentro de uma pequena região, é jovem ou velha, se mudou com o tempo ou permaneceu a mesma, cada cultura pode ensinar sobre si mesmos, os outros e a comunidade global cultural (GROH, 2019).

Assim, os estudantes de Ponta Porã enfrentam essas divergências e muitos deles se sentem diminuídos por pertencerem a uma minoria quando comparados aos estudantes de regiões que não fazem fronteira com outro país. De acordo com Pinto e Santana (2020, p. 3), os "estudantes residentes em Pedro Juan Caballero enfrentam dificuldades para se adaptar em escolas brasileiras, uma vez que não são valorizados e empoderados como bilíngues ou trilíngues".

Acerca dessas questões, Silva e Gonçalves (2016) mencionam as barreiras relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem que, segundo eles, são empecilhos que se impõem aos estudantes e que geram situações conflitantes no ambiente escolar. Os autores acreditam que investir na

qualificação de professores para que estejam aptos a inovarem seus métodos de ensino, bem como investimentos na aquisição de novos recursos a serem destinados à educação escolar, seriam ações que poderiam barrar as limitações existentes na referida cidade com relação ao processo de ensino.

Pinto e Santana (2020) demonstram ter a mesma linha de raciocínio de Silva e Gonçalves (2016), uma vez que reconhecem a necessidade de adaptações curriculares para escolas de fronteira, devendo a escola se preocupar com a construção da própria identidade do aluno a partir da valorização da sua cultura.

É de grande importância que seja reconhecida a realidade social e cultural presente no ambiente escolar da fronteira para, dessa forma, compreender a diversidade cultural que se apresenta, bem como desenvolver conteúdos que prestigiem o reconhecimento das culturas de fronteiras. Ao se dar conta da existência de uma regionalidade, de uma singularidade nas áreas fronteiriças, poderá redirecionar-se às políticas públicas de ensino, de maneira que a situação ou o tratamento das políticas macro não se imponha às micro, que incidem nas áreas de fronteira, apresentando novos e velhos desafios educacionais em tempos de “globalização” (PEREIRA, 2009).

A escola tem papel importante na valorização da identidade cultural local e, assim, o estudante compreende a sua história e a história do lugar onde vive. Também, aprenderá a respeitar e colaborar para a valorização cultural. Abordar estratégias metodológicas e didáticas visando a valorização da identidade cultural dos estudantes diante da possibilidade de serem aplicadas ante a realidade intercultural na fronteira é valorizar a diversidade como espaço único na construção dessa nova realidade para a educação entre esses dois países: Brasil e Paraguai.

Pereira (2014) discute sobre a educação na fronteira e acredita que a falta de observação da realidade sociocultural dos países que fazem fronteira com o Brasil se constitui pela perda de oportunidades significativas em trabalhar um assunto que é tão necessário para essas regiões. Sob a ótica da autora, é preciso pensar em um processo integrativo e cooperativo, fazendo-se necessário promover visões positivas “e atraentes para as nações latino-americanas com a intenção de articular os projetos de desenvolvimento e cooperação” (PEREIRA, 2014, p.3).

É relevante afirmar que a educação exerce a função de propagar, através da sua prática de ensino, elementos culturais relacionados aos países latino-americanos; em outras palavras, de acordo com Pereira (2014, p. 4), a escola se apresenta “como um espaço de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando formas de expressão cultural”.

Dentro desse horizonte nota-se, portanto, a importância do Componente de Geografia estar alinhado às perspectivas do art. 22 da LDB, Lei nº 9.394/96, que afirma que:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Sendo assim, tão quanto em previsão institucional, o ensino de fatores culturais históricos e conteúdos local-específicos são algumas das ferramentas mais poderosas de cumprimento do profissional na área da Geografia.

FRONTEIRA EDUCACIONAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Dentre os principais desafios relacionados à disciplina de Geografia, segundo Sousa, Barbosa e Lins (2018), está a falta de recursos para trabalhar os conteúdos, cuja metodologia deve ser voltada para as novas metodologias e a qualificação dos professores, sabendo-se que a Geografia é um campo aberto e amplo e que busca compreender as relações estabelecidas entre o homem e o meio natural ao longo da história em diferentes espaços e lugares.

Pinto e Santana (2020, p.2) salientam o seguinte:

A cidade brasileira de Ponta Porã faz fronteira seca com a cidade paraguaia Pedro Juan Caballero. Elas são delimitadas apenas por uma linha imaginária, o que facilita as trocas comerciais, culturais e afetivas. Morar em cidades localizadas na fronteira implica um intenso elo entre as diversas manifestações de uma vida em sociedade - mesmo que cada cidade possua identidade própria, há vínculos entre as pessoas que promovem o compartilhamento não só de espaços, mas de experiências e necessidades (PINTO; SANTANA, 2020, p.2).

O foco do turismo de Ponta Porã é a interação entre sua população e seus visitantes. Dentre suas atrações turísticas estão os parques ecológicos, trilhas e cachoeiras, turismo rural, em sítios e estâncias, museus, dentre outras opções que se constituem verdadeiras oportunidades para os profissionais da educação explorarem em suas aulas teóricas e práticas, em especial, os professores de Geografia.

Portanto, são muitos os desafios relacionados a educação na fronteira, a começar pela questão da identidade cultural. Mesmo nesse cenário de desafios, pode-se apresentar as grandes oportunidades relacionadas ao ensino de Geografia nesta região de fronteira, a começar pelo turismo pedagógico e aulas-passeio como estratégias metodológicas de ensino.

Ao longo da etapa escolar, os estudantes estão introduzidos em uma esfera de exploração constantes, seja na escola ou em casa. As descobertas e as comprovações de alguma coisa em que só se praticava na teoria podem e necessitam estar presentes nas saídas e passeios pedagógicos oportunizadas pelas organizações de ensino (FREIRE, 2004).

Uma aula-passeio constitui-se um dos métodos escolares aplicados ao turismo pedagógico para oferecer aos estudantes experiências fora da sala de aula. Os estudantes, geralmente, sentem-se interessados em vivenciar experiências extraescolares, como por exemplo, visitas a museus ecológicos, parques, dentre outros lugares que possam propiciar um aprendizado específico, no caso de uma aula-passeio em um parque ecológico (CARVALHO, 2009).

A importância do turismo pedagógico, segundo Menezes (2014, p.18), está em “contribuir para que uma grande meta seja realizada: a pedagógica e, como consequência, a efetivação do que se denomina Turismo Pedagógico”. O autor cita que a literatura tem se dedicado a duas vertentes acerca deste tema: educação para o turismo e o turismo como atividade educativa.

A educação para o turismo implica em desconstruir o comodismo e a passividade, e requer participação direta dos agentes envolvidos: neste caso, os estudantes, gestores, professores, empresários, comunidade e turistas, para que se construam uma identidade turística embasada na questão pedagógica.

Sob a ótica de Souza, Melo e Perinotto (2013):

Apesar de essas correlações evidenciarem a natureza relacional entre turismo e educação, na prática essa realidade ainda se distancia, o que impede a percepção das diferentes facetas do fenômeno turístico e as possibilidades de aproveitá-lo sob uma visão mais humanística, construtiva e enquanto mecanismo de desenvolvimento da comunidade receptora (SOUZA; MELO; PERINOTTO, 2013, p.3).

Para atender aos novos desafios educacionais é importante considerar o que é estabelecido pela Constituição Federal e pelas leis ambientais. Pode-se destacar o art. 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida (BRASIL, 1988). Isso quer dizer que é preciso ensinar as novas gerações sobre como utilizar os recursos naturais. O turismo pedagógico pode ser um dos métodos para este processo de ensino. Demanda-se, portanto, ações educacionais que formem cidadãos éticos e prontos para agirem em conformidade com os desígnios estabelecidos pela Constituição.

As ações e atividades de educação, voltadas para questões regionais junto à comunidade devem priorizar aquelas com organizações coletivas, frente a situações-problema ambientais de sua vivência e convivência. Sugere-se a realização de atividades que foquem na exploração da cultura local enquanto fator prioritário para o desenvolvimento da região (STRAFORINI, 2018).

Ao estudar sobre o ensino de Geografia como prática espacial de significação, Straforini (2018, p. 2) diz o seguinte: “Acreditamos que a defesa da presença da Geografia na escola enquanto a disciplina capaz de possibilitar leituras reflexivas e críticas do mundo, ou ainda, capaz de formar o

cidadão crítico-transformador”. O autor acrescenta que:

A defesa pela Geografia enquanto componente curricular obrigatório nas escolas não pode ignorar o protagonismo que as dinâmicas espaciais vêm assumindo no atual estágio de globalização, que se apresenta como técnico, científico e informacional (STRAFORINI, 2018, p.3).

Com base em Straforini (2018), entende-se que pode subsidiar no processo de ensino sobre as especificidades dos grupos sociais dessas cidades que fazem fronteira o modo como produzem seus meios de vida, como criam condutas e se situam na sociedade, para que se estabeleçam processos coletivos pautados no diálogo, na problematização do mundo e na ação, visto que somente as transformações das condições simbólicas e materiais podem exprimir “a concretude do ato educativo na superação das formas alienadas de existência e das dicotomias entre sociedade-natureza”.

Nesta instância, é importante pensar em como introduzir práticas pedagógicas inovadoras como forma de diversificar as metodologias e, ao mesmo tempo, trabalhar a partir de uma visão interdisciplinar, como por exemplo, trabalhando na Geografia a conservação do meio ambiente, cuidados com a água, as florestas e suas localizações geográficas, plantas e animais, o cooperativismo entre os povos, a ética e relacionamentos interpessoais, enfim, uma vez que a Geografia também deve ocupar-se com questões que envolvam o próprio homem em sociedade e não somente questões de localizações e espaços propriamente ditos (STRAFORINI, 2018).

Frente a essas questões, é relevante que as escolas de Ponta Porã criem estratégias voltadas para a conscientização dos estudantes acerca dos problemas, inserindo-os em um contexto contínuo de busca pela paz entre os povos, ensinando-lhes a importância da valorização cultural e da possibilidade de transformação social através de ações conscientes por parte de cada cidadão.

Os autores acreditam que algumas escolas devem implementar reformas ou mudanças curriculares com foco na exploração dos valores culturais das escolas de Ponta Porã. Compreende-se que, no caso da Geografia, os conteúdos trabalhados a partir de uma visão interdisciplinar, podem contribuir para a exclusão da visão fragmentada do ensino na referida região.

Uma das atribuições da Educação Básica é trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar. Nesses últimos anos é necessário refletir sobre a importância da formação de uma base escolar mais sólida, isso devido às novas demandas que têm se sobressaído na sociedade em termos de perspectivas escolares e novos métodos de ensino. Sabe-se que um bom desenvolvimento no processo de aprendizagem remete, necessariamente, aos objetivos e às finalidades educacionais.

É preciso estimular a diversificação metodológica e curricular, trabalhando em prol da interdisciplinaridade de conhecimentos no âmbito escolar. A interdisciplinaridade na Educação Básica

permite que o estudante aprenda fazendo conexões entre ideias e conceitos através de diferentes limites disciplinares. O estudante que aprende dessa maneira será capaz de aplicar o conhecimento adquirido em uma disciplina a outra disciplina diferente, como forma de aprofundar a experiência de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A abordagem mais eficaz para o estudo interdisciplinar permite que os estudantes construam seu próprio caminho escolhendo cursos que façam sentido para eles. Por exemplo, não é muito difícil encontrar um tema que ultrapasse as fronteiras disciplinares da Geografia, Literatura, Arte, História, dentre outras (BRASIL, 2015).

Desse modo, perante as dificuldades da educação nas cidades de fronteira, uma das saídas, com base na BNCC (2015), seria o trabalho interdisciplinar, no qual diferentes disciplinas das escolas de Ponta Porã poderiam unir esforços, trabalhando temáticas de forma não fragmentada, no intuito de formar estudantes capazes de entender a realidade a sua volta e em sua totalidade.

Gonzalez e Galonga (2018, p.3) reconhecem a necessidade “de refletir sobre um currículo que leve em consideração a perspectiva intercultural no ambiente escolar”, uma vez que nas cidades de fronteira com línguas distintas existe a demanda por práticas pedagógicas que subsidiem os estudantes quanto ao respeito e convivência com as diferenças e, principalmente, quanto ao reconhecimento da importância do outro.

Os desafios enfrentados para promover essa educação intercultural estão relacionados a determinadas ações no ambiente escolar que se referem a desconstruir, articular, resgatar e promover. Quando se trata de desconstruir, refere-se ao que já foi imposto à sociedade, às diferenças discriminatórias que a compõem; é pensar porque só há uma monocultura utilizada na escola, é repensar a sociedade e os processos de preconceito e discriminação que existem no mundo e reconhecer esse caráter existente (TORCHI; SILVA, 2016).

Articular significa promover uma educação para a igualdade que é de direito de todos, independentemente das culturas. Resgatar no sentido de valorizar as culturas dentro da sociedade, e os processos e construção de cada uma, a partir das vivências de um coletivo. Promover essa interação, essa troca de conhecimentos, experiências, valores que contribuam para a importância e aceitação do outro, com situações que façam sentido. E reconstruir todo o âmbito educacional, como o desenvolvimento curricular, as atividades que são impostas aos alunos, as práticas, o papel do professor e a relação com a comunidade em geral (BUENO; SOUZA, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As fronteiras territoriais são demarcadas pelos recortes geográficos ou políticos e fica evidente, portanto, a necessidade de pensar a educação nos diversos cenários geográficos, neste caso, as cidades de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero.

Na fronteira, a interação com a cidade vizinha é importante e o sentimento de apego e afetividade entre brasileiros e paraguaios podem transformar esta região fronteira em uma só nação. Partindo desse pressuposto, os professores são desafiados a superar os limites entre o que foi conquistado e o que ainda falta conquistar para ressignificar as suas práticas pedagógicas, buscando alternativas que possam ajudar no enfrentamento dos problemas existentes nessa fronteira educacional, trabalhando em prol da formação de alunos com autonomia para identificar e solucionar problemas reais na comunidade na qual estão inseridos.

Pensar nas práticas pedagógicas na região de fronteira visando a interculturalidade ainda é um desafio, porém, para o profissional que se compromete com a educação, é preciso se preparar para atender a essas demandas e reconhecer que as práticas hegemônicas tiram o direito do outro no ambiente escolar e faz dela apenas uma cultura dominante tão valorizada, e gera uma segregação onde as culturas competem, como se fosse melhor, como no caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, e a relação intercultural é a melhor forma de poder trabalhar essa diversidade nos processos educacionais.

Em síntese, como resultado da pesquisa apresenta-se como estratégias a exploração do turismo pedagógico, a aula-passeio e a interdisciplinaridade como proposta de intervenção para resgatar a identidade cultural e referenciar o ensino-aprendizagem, contemplando as especificidades locais existentes na fronteira das cidades-gêmeas assegurados nos documentos normativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diferenças políticas e sociais observadas nas relações que ocorrem entre brasileiros e paraguaios, nota-se que os pontos que os aproximam são maiores do que suas diferenças territoriais. Dada a riqueza cultural existente nessas relações, as escolas, mesmo diante da falta de conteúdo, têm a opção de criarem estratégias didático-metodológicas que possam ampliar a visão de mundo dos estudantes dessa região.

Assim, nosso intuito é avançar na esfera da contextualização, de modo que as escolas de fronteira contribuam para a qualidade da aprendizagem e superação dos problemas educacionais, obtendo resultados satisfatórios no índice escolar. Os professores, compreendendo sua realidade institucional,

são fundamentais para potencializar em seus estudantes o seu aprendizado e promover a sua transformação.

Essa pesquisa demonstrou que são muitos os desafios relacionados a educação nas escolas de Ponta Porã e, no caso da Geografia, pensar na exploração da região a partir do turismo pedagógico e da interdisciplinaridade como forma de suprir a falta de recursos das escolas, por exemplo, se mostra como uma forma de enfrentar os dilemas enfrentados por esses segmentos escolares.

Em síntese, o artigo apresentou os desafios e as oportunidades no ensino de Geografia que contemple à diversidade cultural, auxiliando, assim, os professores na sua decisão pedagógica de melhor atender os seus estudantes nas escolas de fronteira de Ponta Porã/MS.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005.

BORGES. Paulo. **Programa Escolas Interculturais de Fronteira**: uma proposta pedagógica intercultural. In: BRASIL, TV Escola. Salto para o Futuro. Escolas Interculturais de Fronteira. Ano XXIV - Boletim 1, 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BUENO, Mara Lucinéia Marques Correa; SOUZA, Kellcia Rezende. **Programa Escolas Interculturais de Fronteira e a realidade Brasil/Paraguai**: uma política de integração regional para a fronteira. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 15, n. 7, 2021.

CALLAI, Helena Copetti. **A Formação do profissional de geografia**: o professor. Coleção Ciências Sociais. Ijuí: Unijuí, 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso de estudantes

universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GODOY, Thiago da Silva. **A multiculturalidade na escola de fronteira.** 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2016. Disponível em: <<https://ppgefcpn.ufms.br/files/2017/06/Thiago-Godoy.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

GONZALEZ, Carolina; GALONGA, Tatiane. **Um olhar na fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.** CECPAN, 2018. Disponível em: <https://cecpan.ufms.br/files/2019/08/C_01.pdf>. Acesso em 25 ago. 2021.

GROH, Arnold. Identidade cultural e o corpo. **Revista Psicologia e Saúde**, v.11, n.2, p. 3-22, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v11i2.907>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

KAERCHER, Nestor André. **O gato comeu a Geografia Crítica?** Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nídia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa.** São Paulo: Contexto, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico.** 11.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MEC. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul.** Base Comum Nacional, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ms.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MENEZES, José Newton Meneses. **História e Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul.** *Revistas Múltiplas Leituras*, v. 2, n. 1, 2009.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **Educação na fronteira: o caso Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY).** *Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – UFMS*, 2014.

PINTO, Raiane Paim; SANTANA, Maria Luzia da Silva. A Educação Especial Inclusiva em Contexto de Diversidade Cultural e Linguística: Práticas Pedagógicas e Desafios de Professoras em Escolas de Fronteira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.26,n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/Vt9fXVctsZDzD89RhtSfRds/?lang=pt>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

SEMAGRO. **Ponta Porã**: o turismo e a cultura de fronteira. 2016. Disponível em: <<https://www.turismo.ms.gov.br/ponta-pora-o-turismo-e-a-cultura-de-fronteira/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, Rita; GONÇALVES, Lino. A inclusão dos alunos com deficiência sensoriais e não sensoriais nas aulas de educação física de Ponta Porã e a abordagem dos professores. Horizontes: **Revista de Educação**, 2016.

SILVA, Rodrigo Rocha; MOREIRA JÚNIOR, Orlando. A educação na fronteira entre Brasil e Paraguai: narrativas (auto) biográficas de um fronteiriço. **Revista Brasileira de Pesquisa, Revista UNEB**, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5894>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SOUSA, Antônio Campos; BARBOSA, José Raimundo Portela; LINS, Cíntia dos Santos. Os desafios e as dificuldades encontradas na disciplina de Geografia no 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dr. Antonio Regis, município de Miguel Alves (PI). **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 3, ed. 8, v. 11, p. 5-17, 2018.

SOUZA, Rita de Cássia; MELO, Karol Monteiro; PERINOTTO, André Riani. O turismo a serviço da educação: as aulas-passeio promovidas por escola particular em Parnaíba (PI). **Revista Universidade Caxias do Sul**, v. 11, 2013.

STRAFORINI, Rafael. **O ensino de Geografia como prática espacial de significação**. Ensino de Humanidades, Estudos Avançados, v. 32, n. 93, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/kRrXfwBFZLLDtKqNRmgRHpH/?lang=pt>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

TORCHI, Gicelma da Fonseca Chacarosqui; SILVA, Crisliane Patricia da. O retrato da fronteira Sul-Mato-Grossense por meio a expansão do Programa Escola Interculturais de Fronteira. In: PINTO, A. C. T.; SILVA, M. R. **Programa Escola Interculturais de Fronteira (PEIF): 10 anos**. Tubarão: Copiart, 2016.

TREVISAN, Rita. BNCC de Geografia incentiva nova forma de ler o mundo. **Revista Nova Escola**, 2020. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/78/bncc-de-geografia-incentiva-nova-forma-de-ler-o-mundo>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ZOTOVICI, Sandra Aparecida. **A educação física no Programa Escolas Interculturais de Fronteira**. 2015. 172 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UUEL, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2146/1/000224208.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2021.